

GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA E DISCIPLINAS RELACIONADAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS: REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA

Mayara Erbes Ranzan¹, Edison Duarte², Fátima Elisabeth Denari³

1 Doutoranda em Educação Especial pelo Programa de Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

2 Professor do Departamento de Estudos de Atividade Física Adaptada da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

3 Professora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Correspondência para: e.r.maya@hotmail.com

Submetido em 02 de abril de 2020

Primeira decisão editorial em 16 de junho de 2020.

Segunda decisão editorial em 11 de março de 2021

Aceito em 15 de maio de 2020

RESUMO: Em 1987 o Parecer nº 215/87 ofertou sugestões de disciplinas para composição do Currículo do Curso de Educação Física, acrescentando como um dos conteúdos necessários a ser explorado, aqueles que envolvessem a atividade física voltada para pessoas com deficiências. Hoje, 34 anos após sua criação, essa disciplina apresenta-se de diferentes maneiras no Brasil. Considerando essa multiplicidade, o presente artigo objetivou averiguar, através do método da revisão sistemática da literatura, o que as dissertações e teses a nível nacional expõem sobre a realidade da disciplina específica voltada para as pessoas com deficiência nos cursos de graduação em Educação Física no contexto do Brasil. Com base nos critérios de inclusão e exclusão foram analisados treze estudos, os quais, em unanimidade, constataram a necessidade de reestruturação da disciplina no que compete a ampliação das cargas horárias, acréscimo de conteúdos e possibilidades de vivências e experiências práticas e diretas com o público estudado, visando tornar a formação mais efetiva para os futuros profissionais. As conclusões dos estudos ainda consideraram a importância das outras disciplinas que compõem a grade curricular aprimorarem seus conteúdos teóricos e práticos, abarcando essa população como alvo de seus conhecimentos.

Palavras chave: Educação Física; formação inicial; disciplina específica; pessoas com deficiência.

GRADUATION IN PHYSICAL EDUCATION AND SUBJECTS RELATED TO PEOPLE WITH DISABILITIES: SYSTEMATIC LITERATURE REVIEW

In 1987, Opinion No. 215/87 offered suggestions for subjects to compose the Physical Education Course Curriculum, adding as one of the necessary contents to be explored, those involving physical activity directed at people with disabilities. Today, 34 years after its creation, this subject presents itself in different ways in Brazil. Considering this multiplicity, this article aimed to investigate, through the systematic literature review method, what the dissertations and thesis at a national level expose about the reality of this specific discipline aimed at people with disabilities in undergraduate courses in Physical Education in Brazil. Based on the inclusion and exclusion criteria, thirteen studies were analyzed, which unanimously verified the need to restructure the field by expanding the number of hours, adding content, and providing possibilities for practical and direct experiences with the intended public, to make learning more effective for future professionals. The conclusions of the studies also considered the importance of other disciplines that make up the curriculum to improve their theoretical and practical content, embracing this population as the target of their knowledge.

Keywords: Physical Education; Initial formation; specific discipline; people with disabilities

GRADUACIÓN EN EDUCACIÓN FÍSICA Y DISCIPLINAS RELACIONADAS CON PERSONAS CON DISCAPACIDADES: REVISIÓN SISTEMÁTICA DE LITERATURA

En 1987, el Dictamen 215/87 ofreció sugerencias de disciplinas para la composición del Currículo del Curso de Educación Física, agregando como uno de los contenidos necesarios a explorar, aquellos que involucraban la actividad física dirigida a personas con discapacidad. Hoy, 34 años después de su creación, esa disciplina se presenta de diferentes maneras en Brasil. Considerando esta multiplicidad, este artículo tuvo como objetivo investigar, a través del método de revisión sistemática de la literatura, lo que exponen las disertaciones y tesis em nivel nacional, sobre la realidad de la disciplina específica, dirigida a personas con discapacidad en cursos de pregrado en Educación Física en el contexto de Brasil. A partir de los criterios de inclusión y exclusión se analizaron trece estudios que, por unanimidad, constataron la necesidad de reestructurar la disciplina en términos de ampliar las cargas de trabajo, agregar contenidos y posibilidades de experiencias prácticas y directas con el público estudiado, con el objetivo de hacer que la formación sea más eficaz para los futuros profesionales. Las conclusiones de los estudios también consideraron la importancia de las otras disciplinas que integran el currículo mejoraren su contenido teórico y práctico, englobando a esta población como objeto de su conocimiento.

Palabras clave: Educación Física; Formación inicial; Disciplina específica; Personas con deficiencia.

INTRODUÇÃO

Os conteúdos sobre a inclusão da pessoa com deficiência vêm sendo cada vez mais difundidos e apresentados em leis, em decretos, em portarias, em resoluções, entre outros documentos, isto em todos os âmbitos da sociedade, o que não exclui o âmbito escolar. Em se tratando deste, as propostas descritas nos documentos legais partem para o princípio do aprendizado conjunto, onde todo e qualquer aluno desfrute em mesmo local e proporção do acesso, permanência e conhecimento.

O êxito na inclusão e equidade da pessoa com deficiência no universo escolar regular será alcançado a partir do momento em que os conceitos sugeridos nas legislações e a ação prática dos atores presentes no cotidiano escolar estejam em harmonia (RODRIGUES, 2006). Para isso, é necessário que todos os envolvidos no sistema educacional reflitam a respeito das propostas legais e tomem atitudes que visem efetivar, de fato, o que é por direito de todo e qualquer aluno. Um dos principais envolvidos no sistema educacional é o professor e, além disso, um dos maiores influenciadores quando se pensa em sua função, isso nas mais variadas áreas que competem à escola, inclusive no contexto da atividade física, ou seja, a Educação Física, a qual é foco do presente estudo.

A preparação desse profissional provém basicamente da sua formação, além de experiências e vivências pessoais. Segundo Alves (2014), o processo de formar um educador deve assumir um papel para além da simples transmissão de conhecimentos. A formação é uma potencial alavanca para oferecer subsídios para este professor, munindo o mesmo de saberes e fazeres que podem vir a contribuir na inclusão do aluno com deficiência em suas aulas, mais ainda, contribuir com o desenvolvimento e conhecimento.

Porém, a disciplina que trabalha os conhecimentos sobre a pessoa com deficiência nos cursos superiores de Educação Física é recente quando se pensa no histórico do curso, haja vista que a primeira escola formadora em Educação Física é datada em 1933. Foi somente na década de 1980, isto é, cinco décadas depois da primeira escola formadora, que a disciplina específica voltada para as pessoas com deficiência nos cursos superiores em Educação Física foi de fato, sendo inserida. Essa ação foi fruto do Parecer nº 215/87, o qual está vinculado à Resolução número 03/87 do Conselho Federal em Educação. Tal parecer ofertou sugestões de Matérias e/ou Disciplinas para composição do Currículo do Curso de Educação Física, acrescentando como um dos conteúdos necessários a ser explorado, aqueles que envolvessem a atividade física voltada para pessoas portadoras de deficiências: física, mental, auditiva, visual ou múltipla (BRASIL, 1987, p. 38).

Considerando os fatos, definiu-se como objetivos para esse artigo averiguar o que a literatura nacional disposta em dissertações e teses expõem sobre a realidade da disciplina específica voltada para as pessoas com deficiência nos cursos de graduação em Educação Física no Brasil.

MÉTODO

Caracterização da pesquisa

O presente estudo se caracteriza como uma Revisão Sistemática da Literatura do tipo integrativa. Uma revisão sistemática, assim como outros tipos de estudo de revisão, é uma forma de pesquisa que utiliza como fonte de dados a literatura sobre determinado tema. De acordo com Linde e Willich (2003), esse tipo de investigação produz uma perspectiva das evidências relacionadas a uma temática específica, mediante a aplicação de métodos explícitos e sistematizados de busca, apreciação crítica e síntese da informação selecionada. Além disso, Baek et.al (2018) pontua que pesquisas que envolvem esse método estão usualmente entre as mais procuradas pelos leitores de publicações científicas.

Procedimento para coleta dos dados

Apresenta-se a seguir, o protocolo elaborado para a pesquisa, ou seja, os passos que foram seguidos para chegar aos objetos de leitura que compõem esse estudo.

a) Delimitação da questão a ser pesquisada: quais as características das disciplinas voltadas para as pessoas com deficiência na formação inicial do educador físico no cenário nacional, desde sua oficialização até os dias mais atuais?

b) Escolha das fontes dos dados:

- Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES);

- Portal da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).

c) Descritores de busca utilizados: Educação Física adaptada and Formação inicial; Educação Especial and Educação Física and formação.

Para garantir a fidedignidade do estudo, como recomendam Sampaio e Mancini (2007) dois pesquisadores realizaram a pesquisa nos bancos de dados e posteriormente compararam os estudos encontrados com os achados da pesquisadora principal.

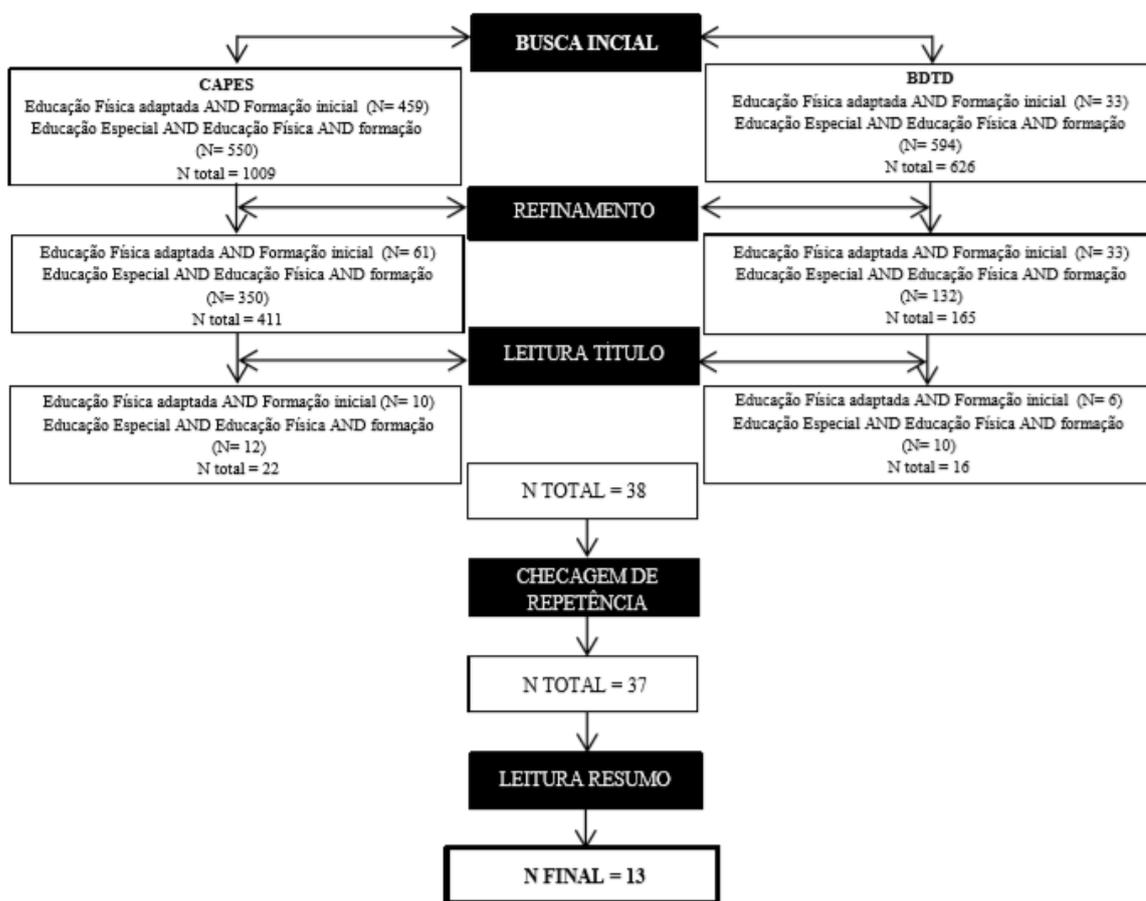
d) Critérios de inclusão dos estudos: Estudos realizados sobre a realidade brasileira; Estudos disponíveis a partir da data de 1987, ano em que os conteúdos voltados para as pessoas com deficiência, através da Resolução 3/87 do Conselho Federal de Educação e

consubstanciada no Parecer nº 215/87 (BRASIL, 1987a), foram inseridos em propostas de disciplinas nos cursos de Educação Física; Estudos finalizados e publicados em forma de teses de doutorado ou dissertações de mestrado; Estudos em português ou inglês; Estudos que apresentassem no título, resumo ou palavras chave indicadores claros sobre a disciplina específica voltada para pessoas com deficiência no curso de Educação Física.

e) Critérios de exclusão dos estudos: Estudos realizados em outros países que não o Brasil; Estudos anteriores ao ano de 1987, considerando a proposta da Resolução 3/87 e do Parecer nº 215/87; Estudos em línguas que não fosse inglês ou português; Estudos que não apresentasse no título, resumo ou palavras chave indicadores claros sobre o tema intencionado.

f) Seleção dos estudos: o processo de busca, identificação e seleção dos estudos foram realizados em cinco etapas, as quais estão ilustradas no fluxograma a seguir.

Figura 1- Fluxograma da seleção de artigos



Fonte: elaboração própria

g) Armazenamento dos dados: essa etapa foi apenas uma questão organizacional, para salvar e armazenar os conteúdos selecionados para a leitura completa.

h) (Re)Leitura na íntegra: para fazer um refinamento e as primeiras extrações dos dados, todo o material coletado foi relido completa e atentamente, buscando avaliar o conteúdo dos mesmos.

i) Análise dos dados: após a conclusão de todo o protocolo estabelecido, os dados passaram por análise e interpretação, seguindo o proposto por Moraes (1999).

RESULTADOS ENCONTRADOS

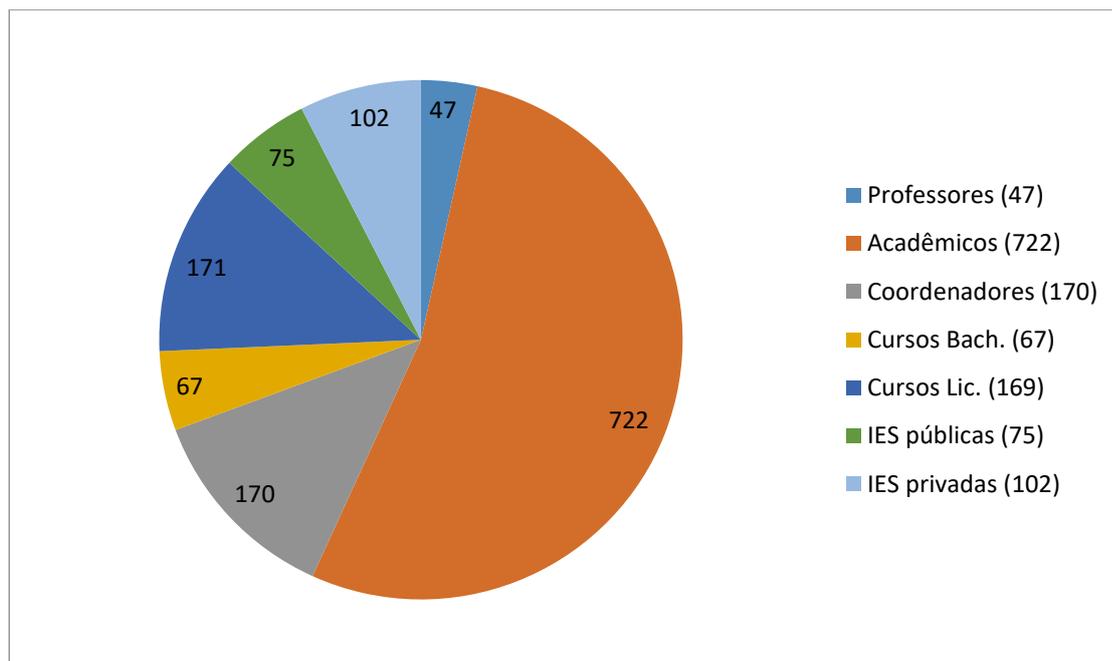
Foram analisados 13 estudos, o estudo mais antigo localizado corresponde ao ano de 2002, e o mais recente foi produzido em 2018, o que possibilita um comparativo entre as datas para verificar mudanças e semelhanças no passar desses dezesseis anos, o que será retratado no capítulo 4 – Discussão. Vale destacar que a média de produção por ano na temática é baixa, com média de um/ano.

Com relação aos métodos adotados nos estudos analisados, todos os 13 estudos foram classificados como qualitativos e nove também se enquadraram em estudos descritivos. 10 estudos fizeram uso da análise documental para coletar as informações, desses 10 apenas dois utilizaram somente da Análise, três utilizaram análise e entrevistas, dois utilizaram análise e questionário e três utilizaram os três instrumentos juntos: análise documental, entrevistas e mais questionários. Apenas um dos 13 estudos fez uso somente de questionários e dois fizeram entrevistas e também questionários.

Também foi possível constatar que o Estado do Paraná foi a maior (6) realidade pesquisada. Mas, apenas dois desses seis estudos são provenientes de programas e de IES (Instituição de Ensino Superior) do próprio Estado.

Os dados numéricos representativo das pessoas, cursos e IES participantes de cada estudo também foram analisados e totalizados, buscando traçar um panorama do universo pesquisado. Vale ressaltar que cada estudo apresentou quem (professores e/ou acadêmicos e/ou coordenadores) e/ou o que (documento) foi pesquisado, portanto, os valores abaixo relacionam mais de um dado. Por exemplo: um dos 722 acadêmicos faz parte de um dos 171 cursos de Licenciatura e pertence a uma das 75 IES públicas.

Gráfico 1- universo pesquisado nos estudos



Fonte: elaboração própria

Os dados numéricos indicam que o quantitativo de acadêmicos envolvidos nos estudos é significativamente maior quando comparado aos outros sujeitos (coordenadores e professores). Também é possível constatar a diferença discrepante entre os estudos que analisaram os cursos de Educação Física Licenciatura (172) e estudos que analisaram os cursos de Educação Física Bacharelado (67). Das 216 Instituições averiguadas, 75 são públicas e 102 são de natureza administrativa privada. Como há margens de mais de um estudo ter analisado o mesmo universo, pode-se considerar que alguns desses valores sofreriam alteração, porém, essa constatação é impossível de ser realizada haja vista que todos os estudos seguem os preceitos éticos, tornando ocultos seus participantes, cursos e IES.

Os estudos tiveram como predominância de respondentes os acadêmicos de Educação Física, o que é válido para averiguar as percepções do processo de formação, porém, somente essa fonte de dados torna o processo de caracterização da disciplina mais defasado e subjetivo, considerando que esse método considera opiniões de acordo com cada experiência. Entretanto, é importante destacar que somente três dos 13 cursos analisaram somente entrevistas e/ou questionários, e quando os fez, cruzou respostas dos acadêmicos com as respostas de professores, garantindo maior sustentação das informações.

A maior parte das produções científicas na área está concentrada em cinco programas de Pós-Graduação: O Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), o qual apresenta o maior número de publicações (uma dissertação de Mestrado e duas teses de Doutorado); o Programa de pós-graduação em ciências

da motricidade (pedagogia da motricidade humana) e o Programa de Pós-Graduação em Educação pertencentes a Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), os quais somam duas dissertações de mestrado; o Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) apresenta um total de duas dissertações de mestrado e o Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos também soma dois estudos sendo uma dissertação e uma tese.

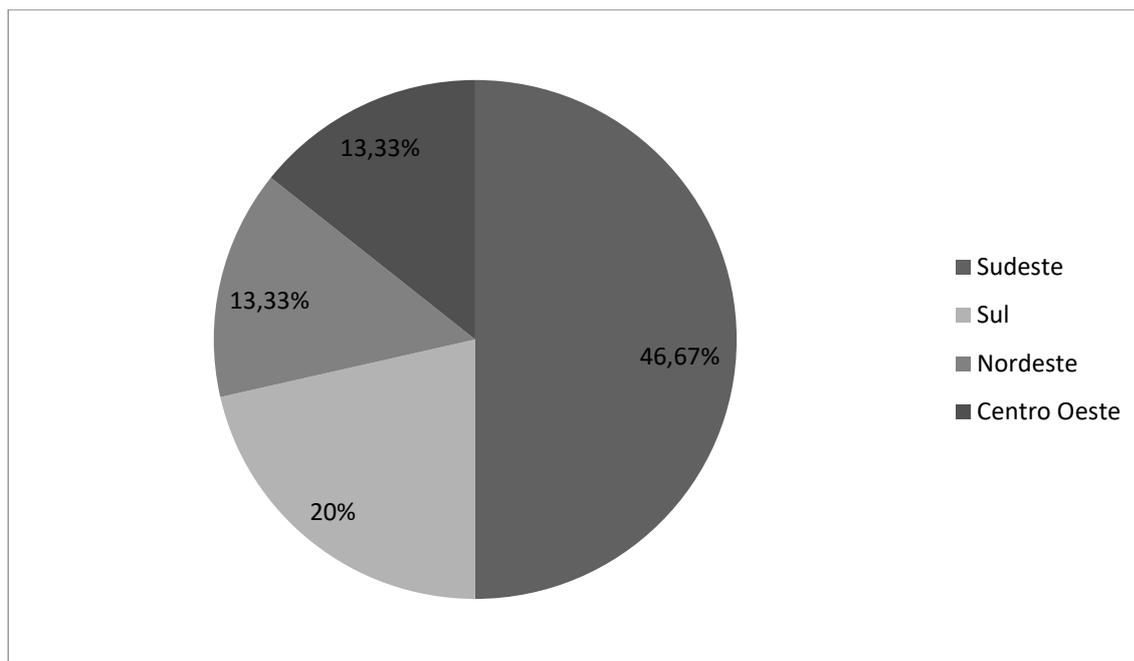
Os dados trazem à tona que os estudos analisados têm maior representatividade em Programas de Pós-graduação em Educação, mostrando ser um tema não exclusivo de Programas de Pós Graduação em Educação Física.

O significativo número de produções em programas na área de Educação pode ser atribuído pelo fato de existirem mais programas nessa área em detrimento de programas de Pós-Graduação especificamente em Educação Física. De acordo com Manoel e Carvalho (2011), grande parte das Pós-Graduações em Educação Física oferece somente a titulação de Mestre, e os programas que oferecem títulos de Doutor em Educação Física são recentes e em número reduzido. Assim, os profissionais de Educação Física que almejam a formação em nível de Doutorado acabam por buscar a formação em programas orientados pelas ciências humanas, biológicas, como, por exemplo, Educação, Filosofia, Psicologia, Antropologia e História.

Além disso, 100% das produções são oriundas de Instituições de Ensino Superior públicas, ou seja, as universidades públicas são responsáveis por toda a produção das dissertações e teses envolvendo a temática. Isso está de acordo com a afirmação de Steiner (2005), que as universidades e os institutos públicos brasileiros lideram a maior parte dos programas de Doutorado e Mestrado acadêmicos em todas as áreas de conhecimento.

Sobre o lócus de produção, verificou-se uma distribuição desigual de publicações por região geográfica. A região Sudeste corresponde à maioria das produções com 46,67% do total, seguida da região Sul com 20% das publicações. As regiões Nordeste e Centro Oeste representam 26,66% (13,33% cada) e a região Norte 6,67%. A seguir, o Gráfico 2 apresenta a distribuição das publicações por região geográfica.

Gráfico 2- Distribuição das publicações por região geográfica



Fonte: elaboração própria

Os achados demonstram a necessidade da realização de políticas públicas voltadas à Pós-Graduação a fim de ampliar qualitativa e quantitativamente os programas de Mestrado e Doutorado, sobretudo na área de Educação e Educação Física, principalmente nas regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste, com o intuito de descentralizar a produção de conhecimento e ampliar as produções científicas.

De acordo com a análise de conteúdo proposto por Moraes (1999), transcorreremos a segunda e a terceira etapa, isto é, transformação dos conteúdos em unidades e a classificação das unidades em categorias. As categorias formadas para apresentação dos resultados são:

- Terminologias e nomenclaturas;
- Carga horária da disciplina;
- Conteúdos;
- Métodos;
- Interlocação com outras disciplinas da grade;
- Suficiência para futura atuação.

- **Terminologias e nomenclaturas:** todos os 13 estudos esmiuçados apresentaram informações sobre as nomenclaturas e terminologias das disciplinas específicas voltadas para o trabalho junto da pessoa com deficiência nos cursos de Educação Física.

Foram localizadas 68 diferentes terminologias para essa disciplina nos diferentes contextos em que elas estão inseridas, isto é, 68 nomenclaturas nos 236 cursos dos 13 estudos

que compõem essa análise. Dessas 68, 30 empregaram a palavra “Especial” (especiais, pessoas com necessidades especiais, grupos especiais, cuidados especiais, Educação Especial, esporte(s) especial(ais), Educação Física Escolar Especial, portadores de necessidades especiais, Educação Física Especial, Ginástica Especial, Recreação Especial, Necessidades Educacionais Especiais e Populações Especiais) em conjunto com outras palavras para formar o nome da disciplina. Outras 23 utilizaram o termo “Adaptado(a)/os(as)” (atividade física adaptada, Educação Física Adaptada, esportes adaptados, Educação Física Escolar Adaptada, adaptação e Ginástica Adaptada), nove mencionaram “deficiência/s/entes” (esporte e deficiência, Pessoas com Deficiência, deficientes, portadores de deficiência e Pessoas Portadoras de Deficiência), sete abordaram a palavra “inclusão/iva” (Inclusão social, Educação Física inclusiva, inclusão, inclusão escolar e educação inclusiva) na terminologia e em cinco nomenclaturas mais de um dos termos descritos acima apareceram em conjunto (Adaptada + Inclusão; Especial + Adaptada).

Quatro disciplinas: “Atividade Física para grupos diferenciados”; “Práticas formativas em Educação Física”; “Educação Física Escolar” e “Educação física e atividade motora”, não utilizaram em suas nomenclaturas nenhum termo que torne evidente a referência a uma disciplina destinada ao conhecimento das pessoas com deficiência.

Das nomenclaturas, 13 apresentaram o termo “esporte” (especial, adaptado e paralímpico), 11 fizeram uso da palavra composta “atividade-física/motora” e 46 mencionaram o conjunto de palavras “Educação Física”, somando 70. Dessas 70, 9 agruparam duas terminologias (Educação Física + Atividade Física; Educação Física + Esporte e Atividade Física + Esporte). Outras quatro nomenclaturas ainda utilizaram termos que se correlacionam com a Educação Física (ginástica; adaptada e recreação), mas, outras três (educação inclusiva; práticas de ensino e Fundamentos da educação inclusiva) não revelaram que a disciplina é específica da área da Educação Física.

Os estudos concluíram que não há um padrão nas terminologias e há um quantitativo muito significativo de nomenclaturas distintas para essa disciplina. Além disso, alguns estudos sinalizaram nomenclaturas que utilizam termos antiquados e/ou incorretos para designar a população alvo e outros estudos destacaram que alguns títulos utilizados para essa disciplina não refletem a população das pessoas com deficiência ou a área da Educação Física, sendo necessárias avaliações e reformulações da nomenclatura.

Não existe uma terminologia mais certa que outra, mas considerando que a nomenclatura é a porta de entrada e principal apresentação do conteúdo a ser explorado, é de

extrema necessidade o cuidado para nomear corretamente o público a ser atendido e a temática geral a qual se relaciona.

- **Carga horária da disciplina:** foi possível fazer o levantamento da carga horária de 218 disciplinas dos 236 cursos analisados nos 13 estudos. Foram localizadas 23 cargas horárias diferentes, sendo que 15 horas corresponde a disciplina com menor duração e 136 horas a maior. As cargas horárias com maior incidência foram 60 horas, 80 horas e 72 horas, perfazendo um total de 93, 34 e 25 disciplinas, respectivamente.

Todos os estudos destacaram que as cargas horárias para essa disciplina são escassas. Isto é, é indispensável reformulações na estrutura da disciplina, priorizando maior investimento de tempo para explorar e trabalhar todos os conteúdos e subconteúdos envolvendo a temática pois, nos moldes existentes, faltam horas para trabalhar o mínimo, quiçá o necessário e desejado.

- **Conteúdos:** os assuntos destacados unanimemente nas ementas partem para a questão das características e conceitos de cada deficiência, explorando as peculiaridades e comorbidades de cada qual. As legislações e políticas públicas voltada para essa população bem como a história da relação da pessoa com deficiência com a atividade física foram temas destacado em sete dos 13 estudos averiguados. Além disso, oito estudos revelaram o foco no esporte como conteúdo a ser trabalhado nessa disciplina, inferindo que os demais conteúdos que compõem os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998), não eram explorados, o que implica em um trabalho muito restrito e com baixa perspectiva no desenvolvimento do todo desse alunado.

Nota-se que os conteúdos identificados eram poucos e não priorizavam o desenvolvimento geral do repertório motor e experiências com os demais conteúdos da Educação Física.

Os estudos concluíram que há a necessidade de explorar mais temáticas e que a formação pautada somente nesses assuntos fica muito aquém de ser suficiente. Mas, há de ser levado em consideração que o tempo resumido em carga horária pode ter impacto significativo nessa constatação, haja vista a conclusão dos estudos sobre esse aspecto em destaque no tópico anterior.

-**Métodos:** os estudos constataram que, de modo geral, todas as disciplinas utilizavam como método de transmissão do conteúdo aulas teóricas e também práticas. Para as aulas teóricas foram mencionadas como ferramentas: filmes, leituras e discussões de textos, seminários, aulas expositivas e discussões e debates com base em estudos de casos simulados.

Já as aulas práticas eram realizadas com simulações das deficiências em alguns contextos de modalidades esportivas e poucos estudos ainda destacaram visitas a instituições especializadas, entretanto, não enfatizaram quais atividades eram desenvolvidas nesses locais, se apenas observação ou se aplicação de tarefas junto dos alunos.

Os estudos alertaram para o fato de que as propostas das aulas práticas nos formatos averiguados não são favoráveis a aquisição de conhecimento por serem curtas (tempo), distantes da realidade (sem aplicação prática e direta com pessoas com deficiências) e com focos muito específicos (esportes). Esse distanciamento dos acadêmicos com a realidade é, possivelmente, um dos principais motivos para a conclusão que todos os estudos chegaram de que os acadêmicos não se sentem preparados para trabalhar com essa população. Não experienciar a prática, a aplicação do planejamento, errar, acertar, tocar, conviver com esses alunos, resulta em medos e inseguranças.

- Interlocução com outros conteúdos da Educação Física: os 13 estudos, com base em cada universo pesquisado, concluíram que foram raras as vezes em que outra disciplina da grade curricular do curso abarcou conhecimentos sobre pessoas com deficiência e, quando mencionada outra disciplina que envolvesse essa população, destacava-se a disciplina de libras.

Essa realidade é preocupante pelo fato de que as outras tantas disciplinas da grade curricular do curso de Educação Física não apresentam em seus contextos formas, meios e métodos de se trabalhar com esse público, resultando no resumo de 3,4 ou 5 anos de horas e conteúdos do curso em uma única disciplina. Os estudos levantaram críticas a esse processo, identificando que essa organização curricular se torna um princípio para a exclusão.

- Suficiência para futura atuação: as considerações dos estudos analisados revelaram que a disciplina específica voltada para a atuação junto dos alunos com deficiência não é suficiente para a futura atuação profissional. Todos os estudos fizeram apontamentos, sugestões e alterações para as ementas dos cursos e, mesmo considerando os pontos positivos, entenderam que os moldes averiguados não acarretaram bagagem consistente para os acadêmicos atuarem futuramente com essa população.

DISCUSSÃO

Nesse tópico estão apresentadas as discussões dos resultados evidenciados e a relação com outros estudos e literatura.

Com relação ao tópico das nomenclaturas e terminologias é importante (re)salientar que a utilização de termos técnicos mais corretos e atuais não é apenas uma questão de qualidade semântica. O título dessa disciplina, isto é, a nomenclatura da disciplina específica voltado para

o trabalho junto de pessoas com deficiência nos cursos de Educação Física deve ser pensado visando empregar os termos “corretos” para designar a população a quem se destina. Destaca-se que o “correto”, nesse caso, é especialmente importante quando abordamos assuntos tradicionalmente evitados de preconceitos, estigmas e estereótipos, como é o caso das deficiências.

Ao retomar a leitura das nomenclaturas observa-se que algumas vezes os títulos das disciplinas apresentavam em seu conjunto de palavras o termo portador(es) para referenciar as pessoas com deficiência. Portador, hoje em dia, é um termo considerado incoerente, pois, portar remete a algo momentâneo e de caráter opcional. Quando pensamos em deficiência, claramente não é algo opcional e momentâneo no sentido de poder parar de portar em algum momento.

O maior problema decorrente do uso de termos incorretos reside no fato de os conceitos obsoletos, as ideias equivocadas e as informações inexatas serem, inadvertidamente, reforçados e perpetuados. A busca pelo emprego de terminologias que mais se aproximam do “correto” provém da tentativa de desencorajar as práticas discriminatórias. Sendo assim, prevalece na atualidade o uso do termo “pessoas com deficiência”, o qual remete a realidade da pessoa e é o mais aceito entre pesquisadores da área bem como e principalmente, pelas próprias pessoas com deficiência.

De acordo com Duarte (2004), a falta de consenso em torno da nomenclatura e objeto de estudo da área de Educação Física Adaptada deve-se ao fato de ser uma área relativamente nova, mas também é decorrente das mudanças pelas quais passou a Educação Física nas últimas décadas, em torno das discussões sobre sua identidade, especificidade e formação profissional.

A análise das nomenclaturas também elucidou que algumas utilizam o esporte e/ou a ginástica em seus títulos, indicando que esses são os conteúdos a serem explorados no decorrer da disciplina, o que é preocupante quando analisamos tudo que a área tem a oferecer. Esporte e ginástica são apenas dois dos seis conteúdos mencionados nos Parâmetros Curriculares Nacionais a serem desenvolvidos nas aulas de Educação Física. Essa discussão adentra também nos tópicos sobre os conteúdos, métodos e a interlocução com os demais conteúdos da Educação Física explanados no capítulo anterior.

Os conhecimentos sobre as características das pessoas com deficiência foi tema unânime abordado e analisados nos estudos. Aprender sobre as peculiaridades, dificuldades e potencialidades de cada deficiência é importante para o futuro profissional saber estabelecer objetivos, métodos e avaliações. Entretanto, segundo Vitaliano e Manzini (2010), é preciso

tomar cuidado pela valorização do cunho biológico e médico no entendimento de tais peculiaridades.

Ao analisar o relato que comenta a necessidade de conteúdos referentes aos aspectos biológicos, fisiológicos, psicológicos e outros, avaliamos que estes merecem cuidados, visto que os aspectos biológicos e psicológicos, muitas vezes usados para compreender as deficiências, têm contribuído para reforçar a sua segregação, tendo em vista que os professores consideram a limitação biológica apresentada pelo aluno pode limitar a sua aprendizagem. (VITALIANO, MANZINI, 2010, p. 74).

Observa-se, pelo fragmento acima, que a caracterização do indivíduo pautada nas características biológicas, fisiológicas e psicológicas pode se tornar um obstáculo para a promoção da atividade física nessa população pelas limitações que essas atribuições podem gerar. Corroborando com essa constatação, Souza (2013) destaca que tais conhecimentos só vão intensificar o olhar estereotipado diante dos alunos com deficiência, isto porque o foco será no problema da deficiência em detrimento da potencialidade que a mesma pode oferecer para o crescimento e desenvolvimento da aprendizagem desse alunado. Tal entendimento é apontado por Michels (1999), quando esse fala sobre o enfoque médico-psicológico, que foca tão somente nas características biológicas do indivíduo, tomando uma visão simplista e errônea de se conceber a ideia das pessoas com deficiência.

De contramão ao olhar limitante que essas ênfases biológicas, psicológicas e fisiológicas podem gerar, destacam-se as perspectivas positivas sobre os efeitos da atividade física sobre a qualidade de vida desses indivíduos, as barreiras e recordes superados em eventos esportivos e tantos outros benefícios que a prática de exercícios físicos pode contribuir para o cotidiano dessa população. Porém, é necessário reforçar que os esportes e a ginástica não devem ser os únicos conteúdos a serem desenvolvidos. É de extrema necessidade e importância que os acadêmicos aprendam e criem repertórios para desenvolver todos os conteúdos da Educação Física para aplicar com todos os alunos, tenham essa deficiência ou não. É primordial quebrar o paradigma de que a Educação Física se limita a essas competências.

É questionável como os conteúdos da Educação Física são desenvolvidos e explorados durante a formação inicial dos futuros profissionais para o trabalho junto dos alunos com deficiência. É possível constatar que todos os problemas se relacionam e um é consequência do outro. Um problema desencadeia outro, a começar pelo fato de as outras disciplinas da grade curricular não trabalharem em seus conteúdos, as especificidades das pessoas com deficiência. Isto é, as outras disciplinas trabalham, ensinam e desenvolvem seus conhecimentos

considerando apenas os alunos convencionais, sem deficiência. Isso resulta em uma formação inconsistente e aquém de cumprir os preceitos legais da inclusão no ensino regular.

Na tentativa de mudar essa realidade e exercer as ideias previstas nas legislações, criou-se a disciplina específica. Nos moldes estabelecidos nas grades curriculares analisadas, essa disciplina passou a ser encarregada de explorar todos os conteúdos de 3, 4 ou 5 anos de graduação em 35, 60, 80 (ou mais ou menos) horas, já que as demais disciplinas não consideravam esse público.

Assim, a disciplina foi criada com excesso de conteúdo e pouco tempo para serem repassados. Ou opta-se por alguns conhecimentos específicos ou repassa-se mais conteúdos, mas de maneira muito superficial, o que continua a resultar em uma formação insuficiente para o futuro profissional.

A formação nesse modelo finda-se em anseios, medos e barreiras para trabalhar com os alunos com deficiência. Cruz (2008) menciona que o envolvimento das demais disciplinas que compõem o curso de Educação Física nas discussões relativas ao aluno com deficiência, colaboraria para com a competência profissional almejada, pois apenas a disciplina de Atividade Física Adaptada é insuficiente para orientar, adequadamente o futuro professor de Educação Física, nessa área. Silva e Drigo (2012) reforçam que os acadêmicos dos cursos superiores de Educação Física poderão melhor compreender sobre as possibilidades de relacionar as práticas de atividades físicas às pessoas com deficiência quando ocorrer “a diluição dos conteúdos da Atividade Física Adaptada nas demais disciplinas do currículo” (SILVA; DRIGO, 2012, p. 79).

Ranzan (2018) adverte que seria plausível se além da disciplina de Atividade Física Adaptada, outras disciplinas próprias do currículo dos cursos superiores de Educação Física contemplassem saberes, conteúdos e práticas relacionadas à temática, às abordagens sociológicas, culturais, biológicas e pedagógicas das deficiências, implicando em conhecimentos, experiências e vivências em situações distintas, gerando bagagens para o futuro profissional.

Com relação aos métodos utilizados para a transmissão de conhecimento dessa disciplina, não houveram relatos alarmantes/preocupantes quanto a utilização e aplicação das ferramentas teóricas. Isso significa que as leituras, os filmes, os debates, as reflexões, os seminários entre os outros métodos mencionados são capazes de difundir as informações.

Já com relação a ênfase prática, todos os estudos concluíram haver a necessidade de melhorias nesse segmento. As conclusões evidenciaram práticas escassas e baseadas em casos

simulados, sem o contato direto com a realidade. Gomes (2007) concluiu em seu estudo que há fragilidades na concretização da indissociabilidade entre teoria e prática e que isso resulta em despreparo para proporcionar aulas práticas com as pessoas com deficiência, deixando uma lacuna no processo de formação inicial dos professores.

As considerações dos estudos afirmaram que a formação é distante do contato com os alunos, que pôr em prática os conteúdos é algo praticamente inexistente e, por consequência, experienciar e vivenciar as aplicações das atividades e conhecimentos em alunos reais é impraticável.

Isso tudo reflete nas constatações de todos os estudos que compuseram a presente monografia: os acadêmicos não se sentem preparados para exercer o trabalho junto dos alunos com deficiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo foi orientado pela seguinte questão: quais as características das disciplinas voltadas para as pessoas com deficiência na formação inicial do educador físico no cenário nacional, desde sua oficialização até os dias mais atuais? Considera-se que os resultados e as discussões cumpriram com o papel de responder essa pergunta, entretanto, vale destacar os pontos positivos e negativos observados.

O curso de Educação Física passou, passa e ainda passará por algumas modificações em vistas a torná-lo cada vez mais completo para todas as populações e demandas. A criação de uma disciplina específica para trabalhar com as pessoas com deficiência e o fato do curso de Educação Física ter sido o primeiro a garantir a existência e obrigatoriedade dessa disciplina em sua grade curricular são pontos plausíveis e de grande valia. Ter essa disciplina demonstra a preocupação em proporcionar Educação Física para essa população. Todavia, se fosse obrigatório às outras disciplinas abordar em seus conteúdos, métodos e avaliações voltados para as pessoas com deficiência, a formação poderia vir a se tornar mais eficaz aos futuros profissionais.

A disciplina teve um propósito para a sua criação e existência, mas ela e mais importante ainda o curso, não de ser revisados para garantir uma formação suficiente aos acadêmicos, e também para que os alunos com deficiências presentes nas escolas possam usufruir desses conhecimentos tanto quanto qualquer outro aluno.

Acrescenta-se a essa conclusão, a necessidade de mais estudos sobre a formação inicial serem realizados, além de mais estudos que englobem as temáticas da pessoa com deficiência

e atividade física em qualquer ênfase para que essa população tenha seu espaço reconhecido e equivalente em conhecimentos, direitos e deveres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, F. D. **A experiência pibidiana por licenciandos em educação física:** contribuições para a formação de professores. In: XVII ENDIPE Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino, 2014. Fortaleza.

BAEK, S. *et al.* The most downloaded and most cited articles in radiology journals: a comparative bibliometric analysis. **European Radiology**, v. 28, n. 11, p. 4832–4838, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Federal de Educação. Resolução 03, de 1987. Fixa os mínimos de conteúdo e duração a serem observados nos cursos de graduação em Educação Física (Bacharelado e/ou Licenciatura Plena). **Diário Oficial da União:** República Federativa do Brasil: Brasília, DF, 10 set. 1987b.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais:** Educação Física, 3º e 4º ciclos, v. 7. Brasília: MEC, 1998.

CRUZ, Gilmar de Carvalho; SORIANO, Jeane Barcelos. Perspectivas docentes sobre a formação profissional em Educação Física para atuação em contextos inclusivos. **Revista pensar a prática.** Goiânia: v. 13, nº3, p. 1-16, set de 2008.

DUARTE, E. **A formação do profissional em Atividade Motora Adaptada. Temas em Educação Especial:** avanços recentes. Mendes, E. G.; Almeida, M. A.; Williams, L. C. A.(org). EdUFSCar, São Carlos-SP, 2004.

GOMES, N. M. **Análise da disciplina de Educação Física Especial nas Instituições de ensino superior públicas do Estado do Paraná.** Tese de Doutorado – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas. 2007.

MANOEL, E. de J.; CARVALHO, Y.M de. **Pós-graduação na educação física brasileira: a atração (fatal) para a biodinâmica.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v.37, n.2, p. 389-406, mai./ago. 2011

MICHELS, M. H.; GARCIA, R. M. C. A nova LDB e os processos de integração de sujeitos considerados portadores de deficiência. In: **Revista Ponto de Vista**, nº1, p. 3035, Florianópolis, 1999.

MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 732, 1999.

RANZAN, M. E. **Educação Especial na formação em Educação Física: um olhar sobre os planos de ensino das licenciaturas paranaenses.** 2018. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018.

RODRIGUES, D. **Inclusão e educação doze olhares sobre a educação inclusiva.** São Paulo: Summus, 2006.

SAMPAIO, R.F.; MANCINI, M.C. estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Rev. bras. fisioterapia.**, São Carlos, v. 11, n. 1, p. 8389, jan./fev. 2007

SILVA, C. S. da; DRIGO, A. J. **A educação física adaptada: implicações curriculares e formação profissional.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

SOUZA, C. J. **Formação de professores dos cursos de Educação Física e pedagogia: um vir a ser inclusivo?** 2013. 123f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2013.

STEINER, J. E. **Qualidade e diversidade institucional na Pós-Graduação brasileira.** Estudos Avançados, São Paulo, v. 19, n. 54, p. 341-362, maio/ago. 2005.

VITALIANO, C. R.; MANZINI, E. J. **A formação inicial de professores para inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais.** In: VITALIANO, C. R. (Org.). Formação

de professores para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. Londrina: EDUEL, 2010. p. 49-112.

WILLICH, S. N. “How objective are systematic reviews? Differences between reviews on complementary medicine”, J R Soc Med, 2003, München, p. 17-22, jan. 2003.

ZINI, Rodrigo. Formação inicial do professor de educação física para o trabalho com alunos com necessidades educacionais especiais. 2018, 184 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2018.